



ISSN: 1984-3151

FLUXOS E SALDOS MIGRATÓRIOS DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE TEÓFILO OTONI NOS PERÍODOS 1986-1991 E 1995-2000

THE MIGRATORY FLOWS AND BALANCES OF MUNICIPALITIES OS TEÓFILO OTONI MICRO-REGION 1986-1991 E 1995-2000

Cláudia Cristina Rios Caxias da Costa

Doutora e Mestre em Geografia - Tratamento da Informação Espacial, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas - 2011); Especialista em Metodologia do Ensino Superior com ênfase em Novas Tecnologias, pela Faculdade Batista Brasileira (FBB); Professora da área de Sistemas de Informação e Consultora de Projetos Políticos Pedagógicos na Faculdade Dom Pedro II. riosdacosta@terra.com.br.

Recebido em: 28/02/2012 - Aprovado em: 10/11/2012 - Disponibilizado em: 30/11/2012

RESUMO: O fenômeno migratório pode ser entendido com um evento vital regulador ou integrador das organizações populacionais, que se vinculam a uma estrutura social historicamente dada. Normalmente, fatores econômicos são decisivos nos movimentos migratórios, e diante desta hipótese, faz-se necessário articular migração e economia regional para que a complexidade desse fenômeno, bem como as suas nuances, possa ser evidenciada e compreendida. Assim, por ser reconhecida no Estado de Minas Gerais como “bolsão de pobreza” e “região problema”, a Microrregião de Teófilo Otoni, foi eleita como objeto de estudo deste artigo, por configura-se também, como uma região historicamente rica em pormenores socioeconômicos. Comparando-se os quinquênios 1986/91 e 1995/2000 (Censos Demográficos de 1991 e 2000), procurou-se obter uma análise continuada da migração envolvendo os municípios que fazem parte dessa microrregião, evidenciando as áreas de origem e destino dos fluxos migratórios a ela relacionados. A análise desses fluxos e dos saldos migratórios verificados nesse espaço geográfico, sobremaneira subsidiadas por informações acerca das dimensões emprego e renda, saúde e educação – extraídas do Índice de Desenvolvimento Municipal (IFDM, 2000) - denotou que a atratividade econômica é de fato um fator determinante para os eventos migratórios.

PALAVRAS-CHAVES: Migração, Fluxo Migratório, Censo Demográfico, Economia Regional, IFDM.

ABSTRACT: The migratory phenomenon can be understood as a vital regulatory and integrator event of population organizations, which link to a specific historically social structure. Usually, economic factors are crucial to the migration, and before this hypothesis, it is necessary to link migration and regional economy in order that the complexity of this phenomenon, as well as its nuances, can be evidenced and interpreted. Since it is recognized in the Minas Gerais State as a “poverty cluster” and “problem region”, and also characterized as a historical region, rich in economic details, the Teófilo Otoni Micro-region was selected as an object of study of this paper. Comparing the five-year periods 1986-1991 and 1995/2000 (Censuses 1991 and 2000), we tried to obtain a continuing analysis of migration involving the municipalities that are part of this micro-region, showing the areas of origin and destination of migratory flows therein. The analysis of those migratory flows and balances verified in that geographic region, which are greatly supported by the pieces of information relating to the indexes employment and income, health, and education, taken from the Municipal Development Index (Índice de Desenvolvimento Municipal-IFDM, 2000), denoted that economic attractiveness is indeed a determining factor in the migration events.

KEYWORDS: Migration, Migratory Flow, Census, Regional Economics, Índice de Desenvolvimento Municipal- IFDM

1 INTRODUÇÃO

A migração é um fenômeno tão antigo quanto a existência da raça humana, configurando-se em um evento vital regulador ou integrador das estruturas populacionais que se vinculam a uma estrutura social historicamente dada. Na necessidade de confeccionar um mapa, denotando as migrações, muitos rostos e muitas rotas se entrelaçariam. Entre os rostos, pode-se rapidamente citar os refugiados, os *desplazados*, as vítimas do tráfico de seres humanos e do turismo sexual, os trabalhadores temporários, os que buscam a zona urbana, os técnicos e diplomatas, os marítimos e aeroviários, os jovens e mais recentemente as mulheres, os ciganos, além de soldados, peregrinos, retornados, deportados, etc. Quanto às rotas, elas se cruzariam e recruzariam nas direções mais variadas, formando a rede inextrincável do fenômeno migratório.

Os deslocamentos populacionais expressam as dificuldades e/ou as impossibilidades da sobrevivência econômica em um determinado lugar. O emigrante, segundo Sayad (2000), carrega consigo uma finalidade: o trabalho, um fim em si mesmo, e não teria razão de ser se não fosse pela perspectiva de trabalhar e puder retornar dotado de posses, que ele se deslocaria, saindo do seu habitat. Muito embora o migrante seja muito mais do que um simples 'caçador de oportunidades', distantes ou não de si, faz-se necessário articular a migração e a economia regional, partindo da hipótese de que, normalmente, fatores econômicos são decisivos nos movimentos migratórios.

Segundo Rigotti (2006) a reestruturação produtiva induziu novos contornos na redistribuição espacial das atividades econômicas, que, por sua vez, influencia sobremaneira a espacialização da população brasileira. Concomitantemente, aqueles movimentos migratórios de mais longa distância, que caracterizavam os períodos de ocupação da fronteira agrícola-mineral e de mão-de-obra com baixa

qualificação para as regiões industriais, experimentaram notório enfraquecimento.

Muitas vezes, os fluxos migratórios não obedeceram ao poder de atração das áreas mais próximas, espelhando as fases históricas nas quais os migrantes se dirigiam às áreas de fronteira ou então encontravam trabalho nos grandes centros industriais, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro. A partir de então, fortes laços são estabelecidos e os movimentos recíprocos estabelecem os contornos de várias redes migratórias.

Comparando-se os quinquênios 1986/91 e 1995/2000 (Censo 1991 e Censo 2000), procurou-se obter uma análise continuada da migração envolvendo os municípios que fazem parte da Microrregião de Teófilo Otoni, pertencente ao Vale do Mucuri, espaço reconhecido no Estado de Minas Gerais como "bolsão de pobreza" e "região problema". Através da análise dos fluxos e dos saldos migratórios verificados neste espaço geográfico, verifica-se que a atratividade econômica é de fato um fator determinante para os eventos migratórios.

As migrações refletem a situação econômica de uma dada região, com suas variações espaciais e temporais, levando as pessoas para outras regiões que possibilitem o alcance de melhores condições, determinando áreas de "atração ou de expulsão" de indivíduos. Com isso, procura-se entender os fluxos migratórios, que se caracterizam como migrações temporárias por motivo de trabalho ou estudo e por remunerações que possibilitem uma vida mais digna quando os migrantes retornarem ao seu local de origem. O que nem sempre é verificado.

Entende-se este fenômeno dentro de um contexto político, econômico e social que propicia e estimula a mobilidade espacial de indivíduos, como o conceito desenvolvido por Gaudemar (1977) e discutido por Vainer (1996), a respeito da mobilidade e da imobilidade forçada da força de trabalho, enquanto

formas de garantir a maximização da (re)produção do capital, evidenciando que os deslocamentos populacionais não ocorrem por meio de iniciativas individuais, mas sempre, por uma conjuntura de fatos e acontecimentos que representam a necessidade da reprodução capitalista (COSTA, 2007).

O objetivo principal deste capítulo é analisar os saldos, bem como os fluxos migratórios pertinentes a Microrregião de Teófilo Otoni, face aos municípios brasileiros, sobremaneira aos situados no Estado de Minas Gerais. Como objetivos específicos, pretende este estudo revelar as especificidades da dinâmica migratória interna e externa desta microrregião no quadro das principais tendências migratórias brasileiras, assim como visualizar e evidenciar as áreas de origem e destino dos fluxos migratórios relacionados a Microrregião de Teófilo Otoni. Pretende-se aqui também denotar, através do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), como estavam os municípios desta microrregião, no que tange as dimensões emprego e renda, saúde e educação no ano 2000.

Pretende-se com o disposto, responder as seguintes questões:

1. Por que a migração exerce importante papel na dinâmica populacional entre os municípios da Microrregião de Teófilo Otoni?
2. Por que é importante chamar a atenção para o enfoque de trabalhos em recortes geográficos mais significativos dos que utilizam as tradicionais unidades federativas (UFs) e Grandes Regiões, privilegiando escalas analíticas microrregionais?

2 BREVE HISTÓRICO DA MIGRAÇÃO EM MINAS GERAIS

Historicamente, a partir da metade do século XX, o Estado de Minas Gerais atuou como fornecedor de mão-de-obra para Estados mais industrializados, cujo

dinamismo e expansão do setor industrial favoreceram a saída de migrantes mineiros, em busca de novas oportunidades de trabalho. Nas décadas de 60 e 70, os emigrantes mineiros tiveram como destino preferencial os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, constituindo um montante de 60% e 62% de emigrantes, respectivamente aos dois períodos (RIGOTTI, 2003).

O autor ainda coloca que a partir da década de 70, a expansão da fronteira agrícola da Região Centro-Oeste, caracterizada pela incorporação e expansão de novas terras, resultou numa nova opção de destino para os migrantes que procuravam uma autonomia a partir do acesso à propriedade. A década de 80, no entanto, foi marcada pela redução das migrações para a fronteira agrícola, reflexo da diminuição significativa de terras disponíveis. Desta forma, verificou-se uma redução nas migrações para a Região Centro-Oeste (pouco mais de 15% dos emigrantes mineiros), porém acompanhada do aumento das migrações com destino na Região Norte (9%).

Este panorama geodemográfico vingou até a década de 80, com a participação relativa das Regiões Centro-Oeste, Norte e o Estado de São Paulo em relação aos fluxos migratórios realizados pelos emigrantes com origem em Minas Gerais. Entretanto, desde a década de 60, já era significativa a diminuição dos emigrantes que deixavam o Estado. Ao mesmo tempo, os imigrantes com origem em São Paulo, Centro-Oeste e Paraná, foram responsáveis por um aumento gradativo da imigração na década de 70, tendo influência na diminuição do saldo migratório negativo observado em Minas Gerais (RIGOTTI, 2003).

A década de 80 apresentou um aumento significativo da imigração interestadual, em grande parte constituída pela imigração de retorno. No período 1981/1991, o percentual de 47,7% dos imigrantes era composto por naturais retornados ao Estado

(CARVALHO e RIGOTTI, 1998). Ressalta-se que a migração de retorno exerce também o efeito indireto, já que parte dos imigrantes que não nasceram em Minas Gerais é consequência do retorno de naturais do Estado, geralmente ligados às questões familiares. Neste contexto, segundo Rigotti (2003), na década de 80, mais de 155 mil imigrantes estavam relacionados ao efeito indireto dos fluxos de retorno, o que correspondia a 66% do total de imigrantes interestaduais com destino para Minas Gerais.

Desta forma, os efeitos diretos e indiretos causados pela migração de retorno, aliado ao poder de atração de alguns pólos regionais, resultaram na diminuição das perdas líquidas de população nos últimos decênios, verificadas por saldos migratórios negativos presentes na década de 70 (1,4 milhão de pessoas), enquanto que, na década de 80, o saldo negativo não ultrapassou 800 mil pessoas (CARVALHO e RIGOTTI, 1998). Os dados do Censo 2000 revelaram uma significativa inversão das migrações no Estado, passando este a possuir um pequeno saldo migratório positivo, o que provavelmente evidencia uma redução brusca das perdas líquidas de população em Minas Gerais, durante a segunda metade do século XX.

Segundo Rigotti, Campos e Ceraso (2006), o processo migratório ocorrido nas últimas décadas, no interior do Estado, caracteriza-se pelas desigualdades regionais, o que pode ser facilmente observado nas diferenças de saldo migratório entre as diversas regiões de Minas Gerais. Ao mesmo tempo, este evento acompanha a evolução das migrações interestaduais, segundo o processo de diminuição das perdas líquidas de população, verificadas a partir da década de 70.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Segundo Brito, Garcia e Carvalho (2002), a variável migratória, por si só, é capaz de indicar o nível de influência – se não econômica, pelo menos

demográfica - entre duas regiões geográficas. Um fato digno de nota, revelado a partir dos resultados desse estudo, ilustra o quão ilusórias são os limites administrativos das unidades federativas nacionais, no que diz respeito às delimitações das áreas de influência econômica e demográfica de seus centros econômicos. As pesquisas sobre as migrações internas no Brasil devem focar recortes geográficos mais significativos dos que os tradicionais unidades federativas (UFs) e Grandes Regiões, privilegiando escalas analíticas microrregionais, retratando realidades mais específicas e em melhor escala de análise de suas nuances.

Este estudo é de natureza quantitativa, analítica, demográfica e espacial. A amostra de estudo se refere aos 13 municípios mineiros que compõem a microrregião de Teófilo Otoni (Ataléia, Catuji, Franciscópolis, Frei Gaspar, Itaipé, Ladainha, Malacacheta, Novo Oriente de Minas, Ouro Verde de Minas, Pavão, Poté, Setubinha e Teófilo Otoni) e os fluxos a eles associados, tanto para outros municípios do Estado de Minas Gerais e demais UFs, como entre eles.

A coleta de dados foi possível mediante a utilização dos microdados da amostra oriundos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para os Censos de 1991 e 2000, bem como a malha digital para ambos os censos. As variáveis analisadas foram: o tempo de residência na microrregião em estudo, em relação aos Censos de 1991 e 2000 e municípios de origem e destino dos fluxos migratórios objetos desta pesquisa. Por fim, o tratamento e posterior análise dos dados foi possível através da utilização dos *softwares* SPSS versão 14.0 e ArcGis versão 9.2, este último, responsável pela espacialização dos dados. Os dados referentes ao IFDM 2000 possibilitaram a contextualização socioeconômica da microrregião.

No que tange a discussão sobre os fluxos, vale ressaltar que estão aqui incluídos os migrantes que

trocaram de município, dentro da própria microrregião em que já residiam. Além destes estão presentes os que trocaram de microrregião de residência dentro do Estado de Minas Gerais e outros pertencentes as demais unidades da federação. Outro ponto a ser ressaltado é que estes dados referem-se somente à informação da última etapa de migração. Muitos dos migrantes podem ter fixado residência em outra microrregião, antes de se transferirem para seu destino final.

4 ÍNDICE FIRJAN PARA A MICRORREGIÃO DE TEÓFILO OTONI (2000)

O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) foi concebido pelo Sistema Firjan Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais em 2005, diante da necessidade de monitoramento periódico das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico de uma região, considerando as diferentes realidades de sua menor divisão federativa: o município. Para este estudo, foram contemplados apenas os dados referentes ao ano 2000, relativos aos municípios da Microrregião de Teófilo Otoni, corroborando com os dados oriundos do Censo Demográfico, realizado no mesmo período. Em 2000 foi primeiro ano de mensuração do Índice Firjan. O índice foi também calculado para os anos de 2005, 2006 e encontra-se em sua terceira edição, com dados referentes ao ano de 2007.

As bases de dados do Índice Firjan são estatísticas oficiais disponíveis publicamente, oriundas, em sua maioria, de registros administrativos obrigatórios. Os bancos de dados possuem periodicidade anual, recorte municipal e abrangência nacional, além de baixo custo de coleta e fácil acesso ao público em geral. A escolha deste índice, no âmbito deste estudo, deve-se ao pioneirismo do trabalho inédito do Sistema Firjan em apresentar um indicador anual e municipalizado, aplicado à realidade brasileira. Assim,

o IFDM vem suprir uma necessidade real de acompanhamento socioeconômico sintético dos municípios brasileiros.

Por seu recorte municipal, na escolha das variáveis foram privilegiados os aspectos básicos indispensáveis ao desenvolvimento local. Ressalta-se que, o olhar municipalizado fornecido pelo índice de desenvolvimento privilegia áreas de responsabilidade e ingerência das prefeituras, especialmente nas dimensões educação e saúde. Contudo é importante frisar que os resultados não dependem exclusivamente destas repartições, mas sim de ações conjuntas e responsáveis das três esferas governamentais, bem como do empresariado e da sociedade civil organizada.

A Figura 1 denota as variáveis adotadas para o cálculo das três dimensões que compõe o IFDM, consideradas com igual ponderação.

A leitura dos resultados, seja por áreas de desenvolvimento ou pela análise dos índices finais é bastante simples, variando entre 0 e 1 (quanto mais próximo de 1, maior será o nível de desenvolvimento do município).

Com base nessa metodologia, foram estipuladas as seguintes classificações:

- Municípios com IFDM entre 0 e 0,40: baixo estágio de desenvolvimento;
- Municípios com IFDM entre 0,41 e 0,60: desenvolvimento regular;
- Municípios com IFDM entre 0,61 e 0,80: desenvolvimento moderado;
- Municípios com IFDM entre 0,81 e 1,0: alto estágio de desenvolvimento.

Ao contrário do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), o IFDM permite tanto a comparação relativa como a absoluta entre municípios ao longo do tempo, uma vez que sua metodologia

possibilita determinar com precisão se o progresso ocorrido em determinado município decorre da adoção de políticas específicas, ou se o resultado obtido é apenas reflexo da queda dos demais municípios. O IDH-M, por sua vez, permite apenas a comparação

relativa, pois as notas de corte são determinadas pela amostra, apenas para o ano em questão. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH - M), estimado com base nos dados do Censo Demográfico é realizado no Brasil a cada dez anos.

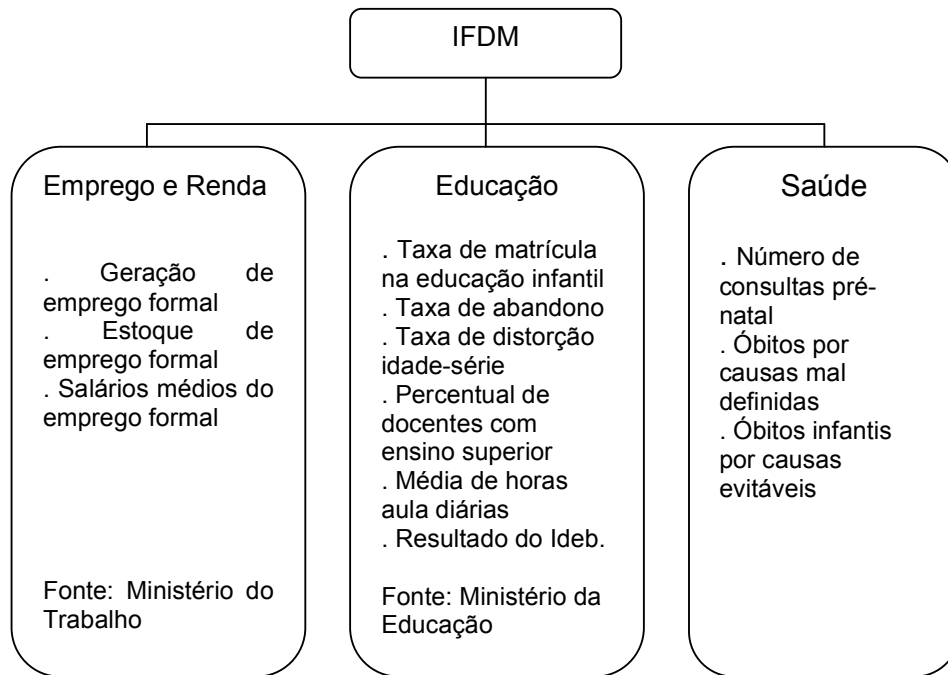


Figura 1 - Resumo das variáveis componentes do IFDM, por dimensão abordada

5 O IFDM - Emprego e Renda

O IFDM, para a dimensão Emprego e Renda, acompanha a movimentação e as características do mercado formal de trabalho, cujos dados são disponibilizados pelo Ministério do Trabalho anualmente. Além de apresentar efeito multiplicador de qualidade, o emprego formal impacta diretamente na economia, gerando aumento da movimentação da renda criada, melhoria do acesso ao crédito e incremento da circulação legal de mercadorias e serviços.

Além disso, nos locais onde ocorre alta formalização do mercado de trabalho, recolhem-se mais tributos, melhoram-se as condições de trabalho e respeitam-se muito mais as leis trabalhistas, o que faz com que as

empresas elegíveis à atuação nos mercados nacional e internacional se tornem mais competitivas.

Conforme apontado pelo Índice do Emprego Formal do BNDES, é clara a existência de vinculação direta entre a qualidade de vida de uma localidade e sua taxa de emprego formal, resultado da relação entre o número de empregos e a população economicamente ativa (PEA) de determinado município, gerando, inclusive, impacto positivo sobre as condições do trabalho informal.

As dimensões emprego formal e salário médio mensal têm o mesmo peso no indicador final de emprego e renda, cabendo a cada uma 50% do total. O emprego formal é composto por três indicadores, o que possibilita visão mais ampla sobre as condições de

geração de emprego. A primeira variável é taxa de geração de emprego formal sobre o estoque de empregados, com peso de 10% no indicador final de Emprego e Renda.

Tendo em vista a convivência de realidades muito diferenciadas entre os municípios brasileiros, foi adotado um mecanismo que reduz a importância de pontos fora de um padrão, amenizando variações extremadas. Desta forma, adotou-se como máximo, um aumento de 10% na geração de empregos. Isto é, para quaisquer variações acima de 10%, estas foram automaticamente igualadas a este parâmetro. O teto de 10% para a Geração de Emprego Formal em relação ao Estoque de Empregados foi arbitrado por constituir um percentual sustentável no longo prazo, evitando o viés do índice para municípios pequenos.

A segunda, também com peso de 10%, é a média trienal de criação de emprego_t que permite lançar um olhar de sustentabilidade quanto à variação deste. Por fim, leva-se em consideração o saldo anual absoluto de geração de empregos (peso de 30%), que privilegia a análise dos dados mais recentes, pois o fato de que o poder de compra do salário varia de acordo com o custo de vida de cada município é variável considerada de suma importância na elaboração do indicador. Para o ano *t*, o peso foi de 15% e para os anos *t-1* e *t-2*, 10% e 5%, respectivamente.

Define-se, deste modo, o IFDM – Emprego e Renda, cujas variáveis são expressas pelo Quadro 1. Para maiores informações sobre a metodologia e cálculo dos indicadores que compõem as dimensões do IFDM, vide (NOTAS METODOLÓGICAS DO IFDM, 2009).

Quadro 1: Indicadores e variáveis utilizadas no cálculo do IFDM - Emprego e Renda

IFDM - Emprego e Renda							
Área	Emprego Formal (50%)						
Indicadores	Geração de Emprego _t / Estoque _{t-1}	Ordenação de geração negativa	Média trienal da geração de emprego	Ordenação das médias negativas	Saldo Absoluto _t	Saldo Absoluto _{t-1}	Saldo Absoluto _{t-2}
Pesos	7,5%	2,5%	7,5%	2,5%	15,0%	10,0%	5,0%
Área	Salário Médio Mensal (50%)						
Indicadores	Crescimento real anual	Ordenação crescimento anual negativo	Crescimento real / Média trienal	Ordenação crescimento trienal negativo	Valor corrente do salário _t		
Pesos	5%	2,5%	5%	2,5%	35,0%		

Fonte: Sistema Firjan/IFDM, 2006

6 O IFDM – EDUCAÇÃO

Uma das formas mais justas de distribuição de riqueza é a garantia de educação em alto nível, possibilitando oportunidades para que homens e mulheres conquistem seus direitos de cidadãos.

O IFDM - Educação foi idealizado para captar a oferta e qualidade da educação que está sendo oferecida

nos municípios brasileiros, tanto em escolas públicas como nas privadas, mediante as diretrizes constitucionais pertinentes a cada município. Sob a ótica da municipalização do ensino, caso não haja em dado município mineiro, uma universidade ou até mesmo Ensino Médio, de competência estadual, pode-se exigir que o mesmo apresente um ensino fundamental de qualidade. Muitos municípios não

oferecem o Ensino Médio, muito menos o Superior, o que fomenta a migração, tanto sazonal, quanto pendular, de um considerado contingente discente.

Para a composição do IFDM - Educação, definiu-se um conjunto de indicadores cujas variáveis serão delineadas a seguir, expressas pelo Quadro 2.

Quadro 2: Indicadores e variáveis utilizadas no cálculo do IFDM-Educação

IFDM - Educação						
Área	Ensino Infantil	Ensino Fundamental				
Indicadores	Atendimento a Educação Infantil	Distorção idade série	Percentual de docentes com curso Superior	Média de horas aula diárias	Abandono	IDEB
Pesos	20%	10%	15%	15%	15%	25%

Fonte: Sistema Firjan/IFDM, 2006.

No que tange ao ensino infantil, considera-se o número de matrículas em creches e pré-escolas registradas, comparativamente ao número de crianças pertencentes à faixa etária adequada a esta modalidade educacional (de zero a 6 anos de idade), com base nos dados do Censo Escolar de 2000. Como o crescimento natural vem apresentando queda ao longo das últimas décadas, pode-se estimar que a população em idade escolar obrigatória decresceu nos últimos anos, diminuindo também a matrícula escolar. Por esse motivo, é possível utilizar os dados do Censo 2000 como denominador fixo, sem o risco de se incorrer em grandes distorções, capazes de prejudicar o resultado do município avaliado.

Considerando o ensino fundamental, houve um grande salto na cobertura oferecida para crianças em idade escolar nas últimas décadas. Se em 1970 esse percentual era de 67%, no Censo Demográfico 2000, 96,4% das crianças em idade escolar estavam matriculadas. Estima-se que atualmente o percentual de crianças matriculadas em idade escolar já ultrapasse os 98%, denotando a universalização desta etapa da educação básica.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, calculado com base na taxa de rendimento escolar (aprovação), desempenho dos alunos no SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) e na Prova Brasil.

Ao ensino fundamental foi atribuído peso de 80% do IFDM - Educação, distribuído entre seus cinco indicadores: 55% para indicadores-meio e 25% para indicadores-fim. Referente ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Por seu poder de influenciar a aprendizagem futura, o residual de 20% foi alocado para o ensino infantil. Faz-se mister frisar que o índice foi calculado para as escolas privadas e públicas (redes municipal, estadual e federal) e o IDEB considerado apenas para as escolas pertencentes as redes Estadual e Municipal.

7 O IFDM – SAÚDE

Analisar a Saúde através das estatísticas disponíveis é sempre um desafio, pela falta de consenso entre os pesquisadores sobre quais os melhores indicadores da situação do serviço público, principalmente se forem consideradas as distintas realidades brasileiras.

A principal dificuldade está em encontrar dados fidedignos relativos a uma determinada localidade. Primeiramente, pela própria característica do sistema de Saúde, capilar e de atendimento centrado em

municípios diferentes dos de residência do paciente. Há que se registrar também a baixa qualidade dos registros, mesmo os obrigatórios e municipalizados, como os da atenção básica, onde ocorre, com frequência, a sub ou super notificação.

Para minimizar esses problemas, o IFDM - Saúde está alicerçado por fontes de dados consideradas pelos especialistas como relevantes e confiáveis. Foram então priorizados os bancos de dados dos Sistemas de Informação sobre Mortalidade (SIM) e os bancos de dados sobre nascidos vivos (Sinasc). O SIM (SIM/SVS/MS) foi criado pelo Ministério da Saúde em 1975 para a consolidação de dados sobre mortalidade, com abrangência nacional, sendo alimentado pelas secretarias municipais e estaduais de saúde com base na Declaração de Óbito.

Ademais, optou-se por indicadores de variáveis de controle local, uma vez que não se pode exigir de todos os municípios brasileiros, hospitais dotados de infraestrutura de ponta, disponibilizando o atendimento a sociedade, em todas as especialidades médicas.

Dessa forma, o indicador IFDM - Saúde objetivou avaliar a qualidade do Sistema de Saúde Municipal referente à atenção básica ao cidadão. As variáveis contempladas para a elaboração deste indicador estão expressas pelo Quadro 3.

Com peso de 33,3% para cada indicador, as variáveis contempladas foram:

- Quantidade de consultas pré-natal, com foco na mensuração da qualidade de atendimento à gestante, considerado um dos procedimentos mais básicos que um município deve oferecer à sua população;
- Taxa de óbitos mal-definidos, relacionada ao acesso aos serviços de saúde, uma vez que o indicador permite inferir a qualidade da atenção médica, que, em geral, varia na mesma direção das variações da qualidade no preenchimento das declarações de óbito; Dados fornecidos pelo Ministério da Saúde e da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).
- Taxa de óbitos infantis por causas evitáveis, traduzindo a relação entre a quantidade de óbitos de menores de 5 anos por causas evitáveis a cada 10 nascidos vivos no mesmo período. Para diminuir a volatilidade na análise dos dados, especialmente em municípios pequenos, foi utilizada a média trienal simples das taxas.

Quadro 3: Indicadores e variáveis utilizadas no cálculo do IFDM - Saúde

IFDM - Saúde			
Área	Atenção Básica		
Indicadores	Percentual de mais de seis consultas pré-natal por nascido vivo	Óbitos de causas mal definidas	Taxa de óbitos de menores de cinco anos por causas evitáveis
Pesos	33,3%	33,3%	33,3%

Fonte: Sistema Firjan/IFDM, 2006.

8 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS MIGRATÓRIOS

Nos estudos sobre a reversão da polarização, a população tem sido freqüentemente utilizada como indicador, mas nunca expressa através de fluxos migratórios. As migrações, que constituem a variável-chave na formação dos mercados de trabalho e de consumo, devem ser consideradas tendo em conta seus efeitos cumulativos sobre as economias de aglomeração, constituindo-se em fator de atração de diversas atividades.

Segundo Serra (1999), o crescimento e multiplicação das cidades médias podem ser entendidos como respostas aos objetivos de ocupação territorial. As cidades médias, tais como Teófilo Otoni funcionam como pólos dinamizadores regionais, possibilitando a convergência dos interesses em integrar o território e ocupar as fronteiras nacionais.

Ainda segundo o autor, o crescimento demográfico das cidades médias é interpretado como gerador (ou não) de benefícios (ocupação, renda e amparo legal das relações trabalhistas) para os imigrantes que para lá se dirigiram, quando confrontados com a situação dos imigrantes que se destinaram as metrópoles.

Assim, até que ponto o crescimento das cidades médias, tais como Teófilo Otoni foi eficiente, não devido à potencialidade de gerar um maior nível de eficiência econômica agregada, mas sim no sentido de proporcionar vantagens aos imigrantes que para lá se dirigiram?

As vantagens no uso analítico desse componente são evidentes, porquanto permitem observar aspectos econômicos no espaço, relacionados a emprego, renda e ocupação, e mesmo revelar condicionantes não-econômicos no interior do processo de redistribuição espacial da população. O IFDM para a Microrregião de Teófilo Otoni no ano 2000 lançará luzes ao entendimento destas nuances.

A análise dos fluxos e características das migrações internas pode elucidar vários aspectos que permeiam as questões da desconcentração econômico-espacial, no lato senso, e da desconcentração populacional, no estrito senso (MATOS, 1995).

Os microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 produzem boas estatísticas de movimentos migratórios intermunicipais e que podem ser agregados, de modo a indicar os movimentos populacionais ocorridos entre as microrregiões brasileiras em determinados períodos.

Segundo Carvalho e Rigotti (1998), os movimentos populacionais, entre 1986 e 1991, foram estimados com base no quesito do Censo Demográfico de 1991, referente ao local de residência exatamente cinco anos atrás, isto é, em 1/09/1986. São considerados imigrantes de uma determinada unidade geográfica, todos aqueles que residiam fora dela em 1/09/1986 e nela residiam em 1/09/1991.

Simetricamente, seus emigrantes são aqueles que nela residiam em 1/09/1986 e residiam em outra unidade geográfica em 1/09/1991. Trata-se de imigrantes e emigrantes de 'data fixa', cuja diferença, por um lado, corresponde ao verdadeiro conceito de saldo migratório (CARVALHO e RIGOTTI, 1998) e a soma, por outro, ao volume mais preciso das trocas migratórias entre duas localidades durante o período de referência.

O mesmo procedimento foi empregado nas estimativas dos movimentos populacionais ocorridos entre 1995 e 2000, ou seja, esses foram estimados com base no quesito de data-fixa do Censo de Demográfico de 2000. Cabe ressaltar, ainda, que, para homogeneidade de tratamento das informações censitárias, adotou-se, como padrão, a configuração microrregional de 2000 que, por sua vez, é igual à de 1991.

As Figuras 1 e 2 denotam a população da Microrregião de Teófilo Otoni para os anos de 1991 e

2000. Apesar do desmembramento de quatro municípios (Setubinha, Novo Oriente de Minas, Franciscópolis e Catuji), a área da microrregião não sofreu alteração. Estes municípios não provaram de grandes mudanças em seu panorama

geodemográfico, em relação aos períodos intercensitários de análise, mantendo-se em ambos nas mesmas classes populacionais.

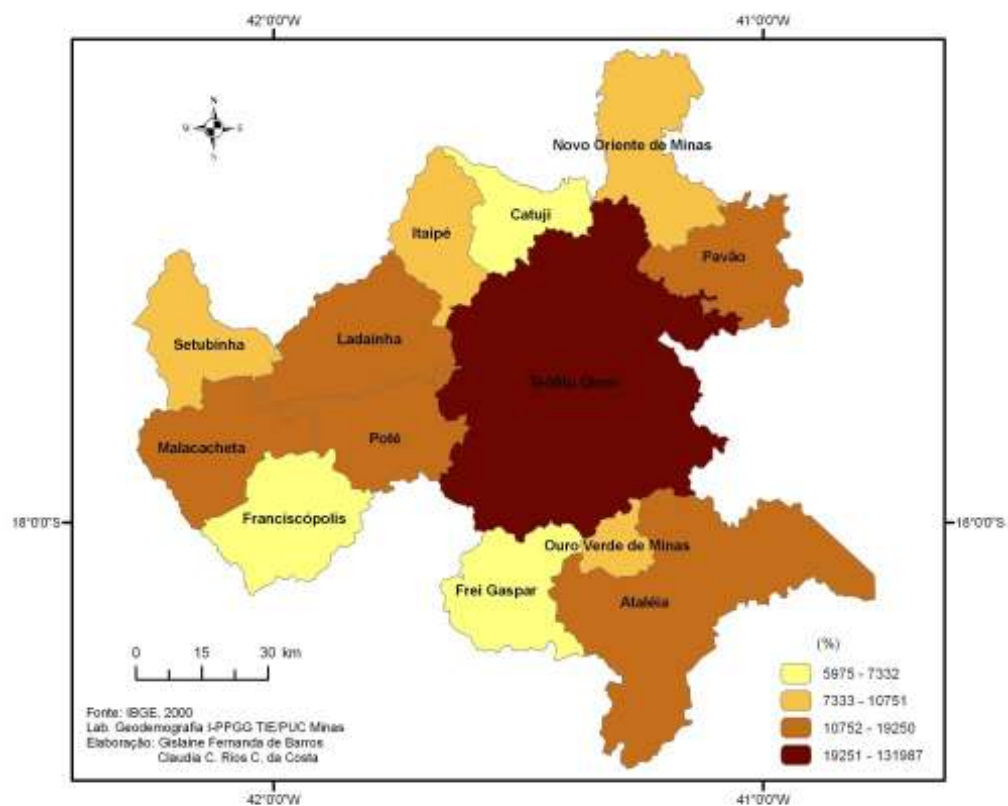


Figura 1: População dos municípios da Microrregião de Teófilo Otoni, 1991.

Observa-se que a configuração demográfica pouco se modificou ao longo dos períodos intercensitários de análise, entretanto, deve-se atentar para a diminuição

do contingente populacional dos municípios de Ouro Verde de Minas e Pavão.

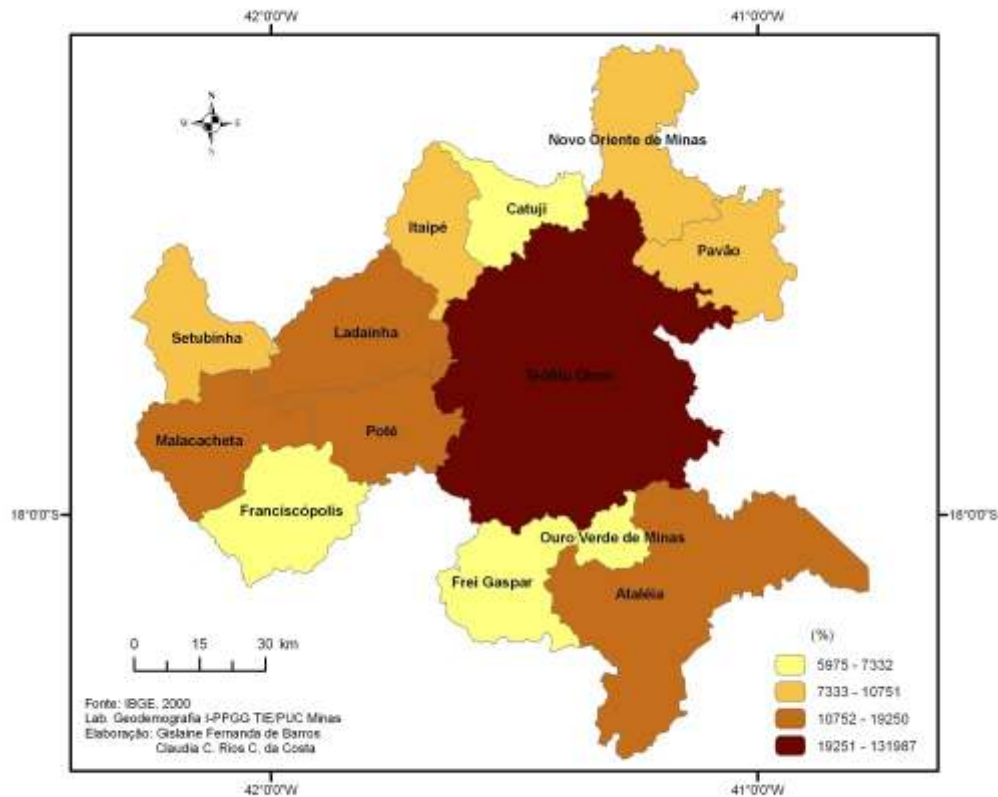


Figura 2: População dos municípios da Microrregião de Teófilo Otoni, 2000.

9 O PANORAMA DA MICRORREGIÃO DE TEÓFILO OTONI, SEGUNDO O IFDM, 2000.

O Quadro 4 designa os escores referentes ao IFDM e suas três dimensões, para os treze municípios que compõem a Microrregião de Teófilo Otoni.

Da análise destes dados, ante ao embasamento metodológico adotado pelo índice, pôde-se espacializar (Figura 3) e classificar os municípios abordados neste estudo.

[

Quadro 4 – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal e dimensões contempladas, para os municípios da Microrregião de Teófilo Otoni, 2000

Município	IFDM	Emprego e Renda	Educação	Saúde
Ataleia	0,43	0,32	0,42	0,55
Catuji	0,38	0,24	0,43	0,47
Franciscópolis	0,40	0,32	0,40	0,47
Frei Gaspar	0,41	0,34	0,44	0,46
Itaipé	0,47	0,35	0,42	0,64
Ladainha	0,44	0,41	0,41	0,49
Malacacheta	0,47	0,35	0,49	0,56
Novo Oriente de Minas	0,44	0,39	0,46	0,48
Ouro Verde de Minas	0,40	0,24	0,47	0,49
Pavão	0,43	0,16	0,53	0,60
Poté	0,43	0,18	0,53	0,57
Setubinha	0,38	0,23	0,45	0,45
Teófilo Otoni	0,52	0,32	0,62	0,63

Fonte – Sistema Firjan/IFDM,2006

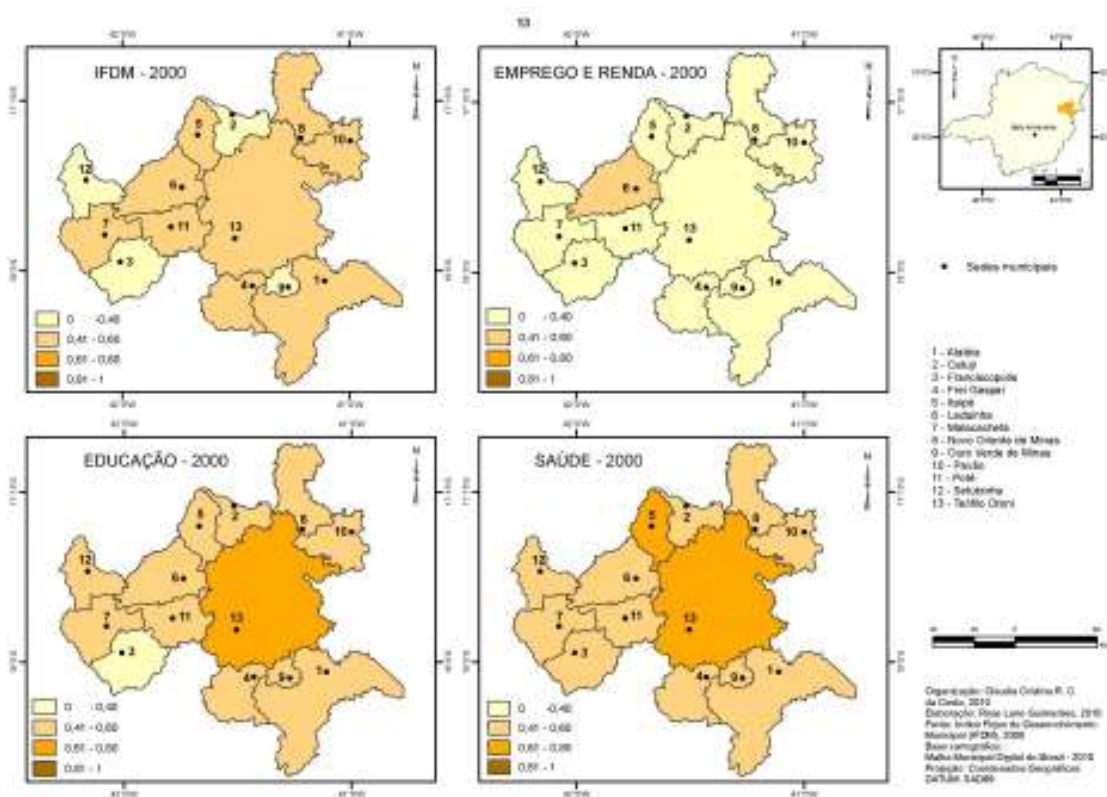


Figura 3:Espacialização do IFDM e suas dimensões para a Microrregião de Teófilo Otoni, 2000.

IFDM

- Baixo estágio de desenvolvimento: Catuji, Franciscópolis, Ouro Verde de Minas e Setubinha;
- Desenvolvimento Regular: Ataléia, Frei Gaspar, Ladainha, Malacacheta, Novo Oriente de Minas, Pavão, Poté e Teófilo Otoni.

IFDM – Emprego e Renda

- Baixo estágio de desenvolvimento: Ataléia, Catuji, Franciscópolis, Frei Gaspar, Itaipé, Malacacheta, Novo Oriente de Minas, Ouro Verde de Minas, Pavão, Pote, Setubinha e Teófilo Otoni;
- Desenvolvimento Regular: Ladainha.

IFDM – Educação

- Baixo estágio de desenvolvimento: Franciscópolis;
- Desenvolvimento Regular: Ataléia, Catuji, Frei Gaspar, Itaipé, Ladainha, Malacacheta, Novo Oriente de Minas, Ouro Verde de Minas, Pavão, Pote, Setubinha.
- Desenvolvimento Moderado: Teófilo Otoni.

IFDM – Saúde

- Desenvolvimento Regular: Ataléia, Catuji, Franciscópolis, Frei Gaspar, Ladainha,

Malacacheta, Novo Oriente de Minas, Ouro Verde de Minas, Pavão, Poté, Setubinha;

- Desenvolvimento Moderado: Itaipé e Teófilo Otoni.

Assim, nenhum município da Microrregião de Teófilo Otoni foi classificado como sendo de alto grau de desenvolvimento, nas três dimensões contempladas pelo IFDM 2000. Para a dimensão Emprego e Renda, a exceção do município de Ladainha (0,41), considerado como de desenvolvimento moderado, todos os demais foram enquadrados como de desenvolvimento regular.

Na dimensão Educação, destaque para Franciscópolis (0,40), considerado como de município de baixo desenvolvimento em oposição a Teófilo Otoni (0,62), classificado como município de desenvolvimento moderado. Em relação à Saúde, Itaipé (0,64) e Teófilo Otoni (0,63) despontaram em relação aos demais, classificados como municípios de desenvolvimento moderado.

10 SALDOS MIGRATÓRIOS E FLUXOS TOTAIS

Uma microrregião que se destaca pela presença de um considerável saldo de fluxos migratórios negativos, evidentemente se encaixa no perfil precário em relação ao nível social da maioria de sua população. Os diagramas 1 e 2 denotam esta observação.

Diagrama 1 – Regiões mineiras expulsoras de população

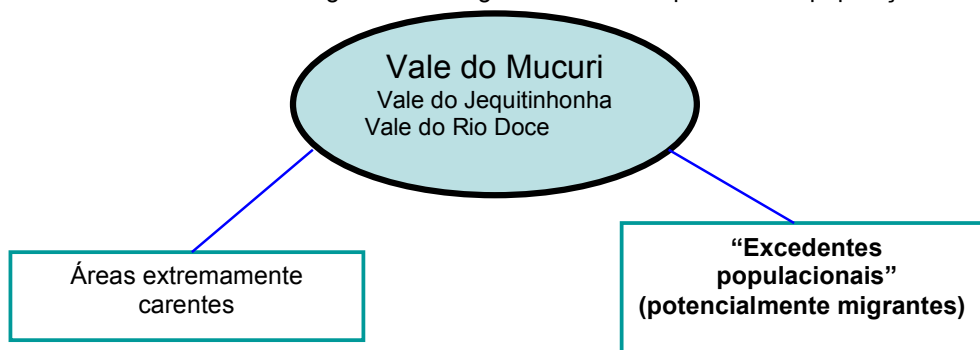
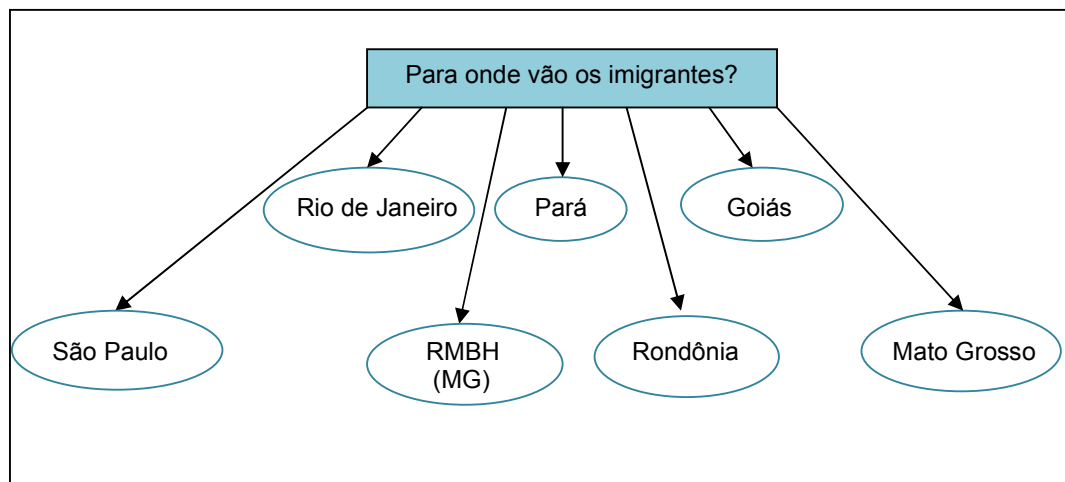


Diagrama 2 – Destinos preferenciais dos migrantes da Microrregião de Teófilo Otoni*



*Este estudo não trata da migração internacional, envolvendo os municípios desta microrregião.

O saldo migratório (resultado da subtração entre o contingente de imigrantes e emigrantes de um dado local) é uma medida cujo valor pode resultar de enormes diferenças entre fluxos de migrantes entre duas regiões. Minas Gerais historicamente se caracteriza como um estado expulsor de população, apresentando significativos saldos líquidos migratórios negativos. Entretanto, nos quinquênios 1986/1991 e 1995/2000 houve mudanças nos fluxos migratórios brasileiros e o Estado mineiro também experimentou sensíveis mudanças no seu panorama demográfico, a ponto deste, ao final da década de 90, senão reverteu, pelo menos se manteve em equilíbrio. O saldo migratório (resultado da subtração entre o contingente de imigrantes e emigrantes de um dado local) é uma medida cujo valor pode resultar de enormes diferenças entre fluxos de migrantes entre duas regiões. Minas Gerais historicamente se caracteriza como um estado expulsor de população, apresentando significativos saldos líquidos migratórios negativos. Entretanto, nos quinquênios 1986/1991 e 1995/2000 houve mudanças nos fluxos migratórios brasileiros e o Estado mineiro também experimentou sensíveis mudanças no seu panorama demográfico, a ponto deste, ao final da década de 90, senão reverteu, pelo menos se manteve em equilíbrio.

Garcia, Carvalho e Lemos (2003) chamam a atenção para os fluxos entre grandes regiões e entre as UF, mas, também, os intermicrorregionais, em todo território nacional, ao longo de, pelo menos duas décadas.

A Tabela 1 mostra que, nos períodos intercensitários que nortearam esta pesquisa, a Microrregião de Teófilo Otoni manteve seu saldo migratório negativo (-7.676 em 1991 e -16.282 em 2000). A redução no saldo migratório entre dois períodos pode ser um indicativo de que esta microrregião tem diminuído o seu poder de atração em relação aos migrantes.

Garcia, Carvalho e Lemos (2003) chamam a atenção para os fluxos entre grandes regiões e entre as UF, mas, também, os intermicrorregionais, em todo território nacional, ao longo de, pelo menos duas décadas.

A Tabela 1 mostra que, nos períodos intercensitários que nortearam esta pesquisa, a Microrregião de Teófilo Otoni manteve seu saldo migratório negativo (-7.676 em 1991 e -16.282 em 2000). A redução no saldo migratório entre dois períodos pode ser um indicativo de que esta microrregião tem diminuído o seu poder de atração em relação aos migrantes.

Tabela 1 – Saldos Migratórios para Microrregião de Teófilo Otoni, 1986-1991 e 1995-2000

Período	1995-2000	1896-1991
Microrregião	Teófilo Otoni	Teófilo Otoni
Imigrantes	9.445	6.895
Emigrantes	25.727	14.572
Saldo Migratório	-16.282	-7.676

Fonte – IBGE, Censos Demográficos 1991/2000.

Nas Tabelas 2 e 3, pode-se verificar o panorama migratório na Microrregião de Teófilo Otoni, por ocasião do levantamento de dados para os Censos de 1991 e 2000. Todos os municípios que compunham a microrregião de Teófilo Otoni, em 1991, mostravam

um saldo negativo e dentre estes se destacavam com os valores menores; Teófilo Otoni (-8.604), Malacacheta (-3.829), Ataléia (-2.493), Ouro Verde de Minas (-1.430) e Pavão (-1.416). Por terem obtido a emancipação após a data de realização do Censo de 1991, os municípios de Catuji (Desmembrado do município de Itaipé em 1992), Franciscópolis (Desmembrado do município de Malacacheta em 1995), Novo Oriente de Minas (Desmembrado do município de Teófilo Otoni em 1995) e Setubinha (Desmembrado do município de Malacacheta em 1995), não constam dos dados desta pesquisa. Entretanto, a área da microrregião, para o Censo de 2000, se manteve inalterada. (vide <http://www.asminasgerais.com.br> acesso em: 10 set. 2007).

TABELA 2 – Panorama Migratório da Microrregião de Teófilo Otoni, 1991

Município	Imigrantes	Emigrantes	Saldo Migratório
Ataléia	709	3.201	(2.493)
Catuji	-	-	-
Franciscópolis	-	-	-
Frei Gaspar	84	723	(639)
Itaipé	1.211	1.439	(228)
Ladainha	239	1.347	(1.108)
Malacacheta	670	4.498	(3.829)
Novo Oriente de Minas	-	-	-
Ouro Verde de Minas	237	1.667	(1.430)
Pavão	149	1.565	(1.416)
Poté	895	1.074	(179)
Setubinha	-	-	-
Teófilo Otoni	8.887	17.492	(8.604)

Fonte: IGGE, 1991.

Com relação ao Censo de 2000, dos treze municípios que atualmente compõem a microrregião de estudo, nove apresentavam valores de saldo negativo, sendo que dentre eles se destacavam Teófilo Otoni (-10.396), Malacacheta (-2.222), Ataléia (-1.371),

Pavão (-794) e Frei Gaspar (-675). Os saldos positivos ficaram por conta dos recém criados municípios de Setubinha (310) e Franciscópolis (251), da mesma forma para Poté (272) e Itaipé (18).

TABELA 3 – Panorama Migratório da Microrregião de Teófilo Otoni, 2000.

Município	Imigrantes	Emigrantes	Saldo Migratório
Ataléia	832	2.203	(1.371)
Catuji	303	730	(427)
Franciscópolis	412	161	251
Frei Gaspar	198	873	(675)
Itaipé	729	711	18
Ladainha	807	1.447	(639)
Malacacheta	444	2.666	(2.222)
Novo Oriente de Minas	432	801	(369)
Ouro Verde de Minas	327	566	(239)
Pavão	413	1.207	(794)
Poté	1.257	986	272
Setubinha	552	242	310
Teófilo Otoni	6.629	17.025	(10.396)

Fonte: IBGE, 2000

Para um estudo de cunho migratório, faz-se necessário mostrar através de mapas, o que muitas vezes os dados não explicitam. O elenco de mapas a seguir se propõe a evidenciar os saldos e fluxos norteadores deste estudo.

Na década de 1970, tanto a mortalidade quanto a fecundidade encontravam-se em franco processo de declínio de seus níveis gerais. Mas, nos anos 1980 e 1990 a aceleração do ritmo e diminuição da taxa de natalidade, devido à propagação da esterilização

feminina no país, concorreu para a continuidade das quedas das taxas de crescimento: 1,93% entre 1980 e 1991 e 1,64% entre 1991 e 2000. (IBGE, 2003).

A Figura 4, que evidencia a taxa de crescimento geométrico para a microrregião de Teófilo Otoni, no período 1991 a 2000, o intervalo de classe acima do percentual nacional de 1,64%, denota o saldo migratório líquido positivo, e provavelmente a migração na microrregião em estudo.

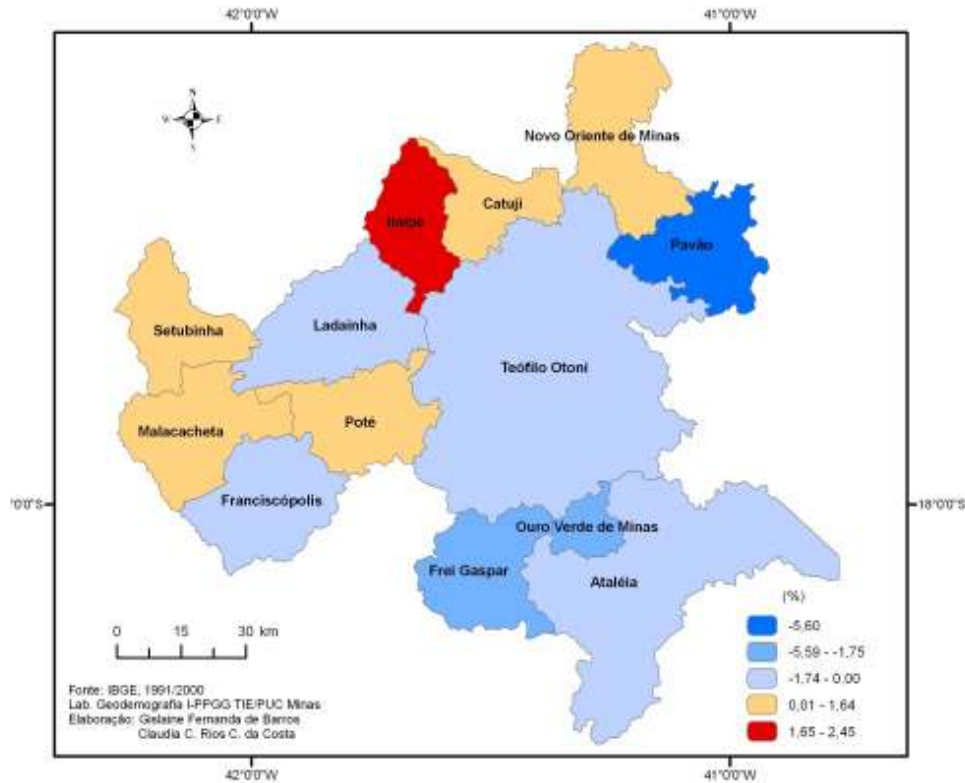


Figura 4 - Taxa de crescimento geométrico para os municípios da Microrregião de Teófilo Otoni 1991/2000

As Figuras 5 e 6 vão denotar os saldos migratórios verificados entre os municípios que compõem a microrregião de Teófilo Otoni e os demais municípios brasileiros. De acordo com o IBGE, entre os quinquênios 1986/1991 e 1995/2000 houve mudanças nos fluxos migratórios verificados em território nacional. Os originados e destinados a áreas urbanas cresceram cerca de 20%, enquanto os urbanos para áreas rurais caíram 1,1%.

Os fluxos rural-urbano e rural-rural tiveram queda de 29,4% e 43,4%, respectivamente. O Censo 2000 detectou que 75% dos movimentos migratórios (realizados durante os cinco anos anteriores) tinham como origem e destino áreas urbanas, 12,4% foram

rurais-urbanos, 7,7% foram urbano-rurais e 4,8% originaram-se e destinaram-se a áreas rurais.

Este panorama provavelmente se verificou na Microrregião de Teófilo Otoni e, confrontando o quadro das principais tendências migratórias brasileiras com esta microrregião, questiona-se por que os fluxos populacionais de entrada e de saída trazem à tona as singularidades da dinâmica migratória interna dessa microrregião mineira, de economia fortemente dependente do setor terciário (comércio e serviços), onde predominam os empregos de baixa qualificação, mas que se traduz em polo de saúde e educação, polarizando uma rede urbana que reluta em aceitar a 'estagnação econômica'.

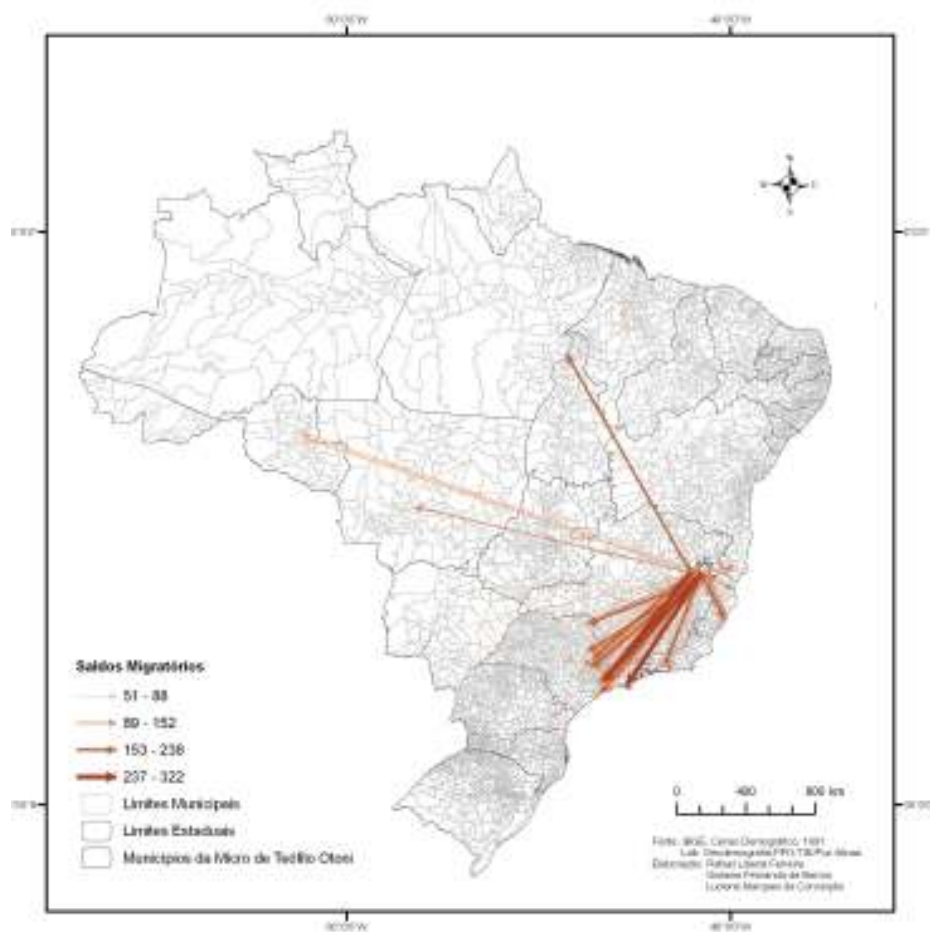


Figura 5 – Saldos migratórios entre a Microrregião de Teófilo Otoni e os municípios brasileiros, 1986 – 1991.

Fica claro que preferencialmente, no período 1986-1991, os migrantes se deslocam dentro do Estado de Minas Gerais. Entretanto, os fluxos para os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Bahia, Mato Grosso, Rondônia e Pará refletem o dinamismo que

este evento encerra, pois o migrante vai até onde estão as pretensas oportunidades de mudança de status econômico (fronteira agrícola, mineral e industrial).



Figura 6 - Saldos migratórios entre a Microrregião de Teófilo Otoni e os municípios brasileiros, 1995 – 2000.

Em relação ao período anterior, entre 1995-2000 houve um arrefecimento dos movimentos de longa distância. A migração verificou-se de modo preferencial e mais intensamente para os próprios municípios mineiros, São Paulo e Rio de Janeiro. Fluxos menores também podem ser observados em direção aos Estados do Maranhão, Bahia e Rondônia. A proximidade geográfica e o dinamismo econômico

da região sudeste, face às demais regiões brasileiras, provavelmente se colocam como fatores de atratividade para os eventos migratórios verificados no período. As Figuras 7 e 8 vão retratar o panorama geodemográfico no Estado de Minas Gerais, para os períodos intercensitários de 1986-1991 e 1995-2000, respectivamente.

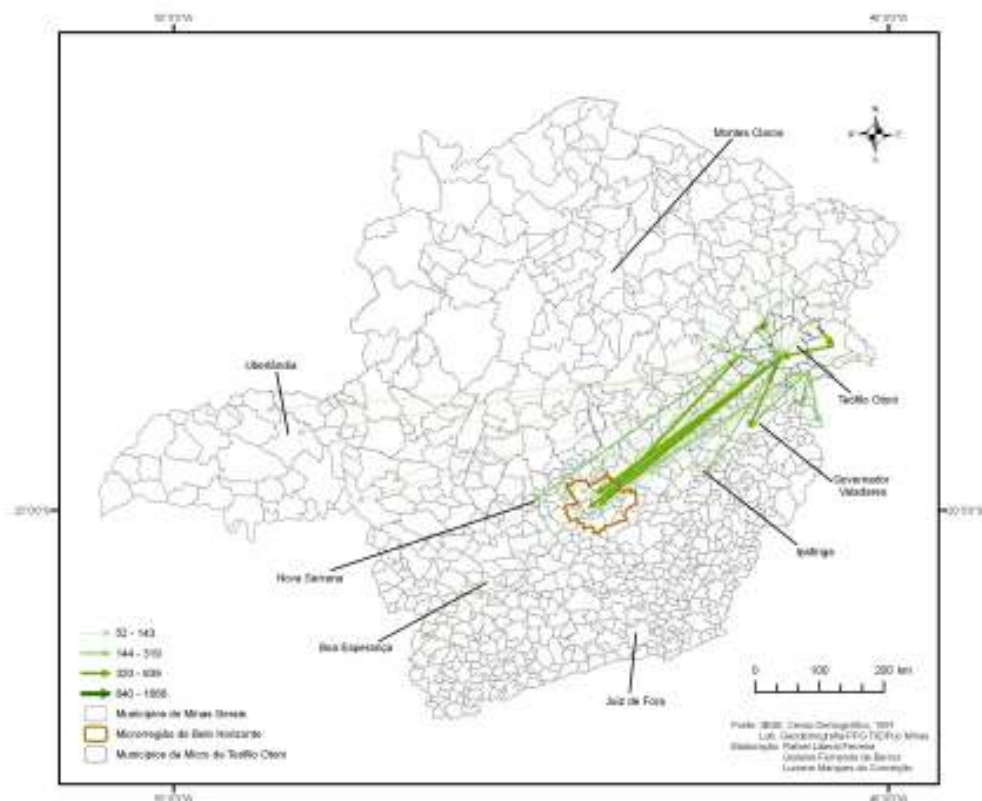


Figura 7 - Saldos migratórios entre os municípios da Microrregião de Teófilo Otoni e os municípios mineiros, 1986-1991.

O que fica evidente a partir da observação do mapa do Estado de Minas Gerais, para o período intercensitário de 1986-1991 é que os migrantes oriundos da microrregião de Teófilo Otoni preferem a Região Metropolitana de Belo Horizonte – onde estão denotados os maiores saldos migratórios. Uberlândia (no Triângulo Mineiro), Nova Serrana e Boa

Esperança (Sudoeste de Minas), Governador Valadares e Ipatinga (Vale do Aço) também foram destinos optados pelos indivíduos que perfizeram a migração com origem em um dos municípios da microrregião em estudo.

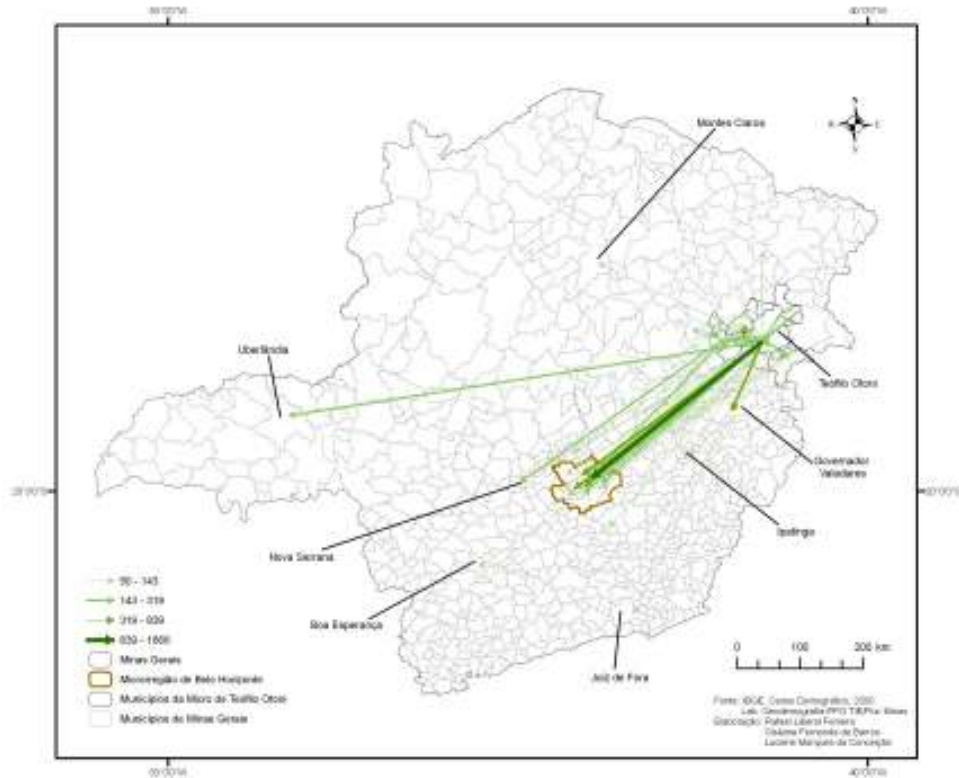


Figura 8 - Saldos migratórios entre os municípios da Microrregião de Teófilo Otoni e os municípios mineiros, 1995-2000.

As Figuras 7 e 8 evidenciam, claramente o poder de atração exercido pela Região Metropolitana de Belo Horizonte, evento que se intensificou no quinquênio 1995/2000 em relação ao período anterior de análise, o mesmo acontecendo com a cidade de Uberlândia, situada no Triângulo Mineiro, região desenvolvida economicamente.

Entretanto, no mesmo período, o poder de atração entre os próprios municípios que compõem a microrregião de Teófilo Otoni diminuiu, ressaltando que o município de Teófilo Otoni foi o que mais

'expulsou' população para estes destinos, o que comprova seu saldo migratório negativo para ambos os períodos de análise (-7.676 em 1991 e -16.282 em 2000).

Dentro da Microrregião em estudo, o destino preferencial no período 1986-1991 (Figura 9) foi o município de Teófilo Otoni. Ressalta-se também a época o fluxo expressivo de Ladainha para o município de Poté.

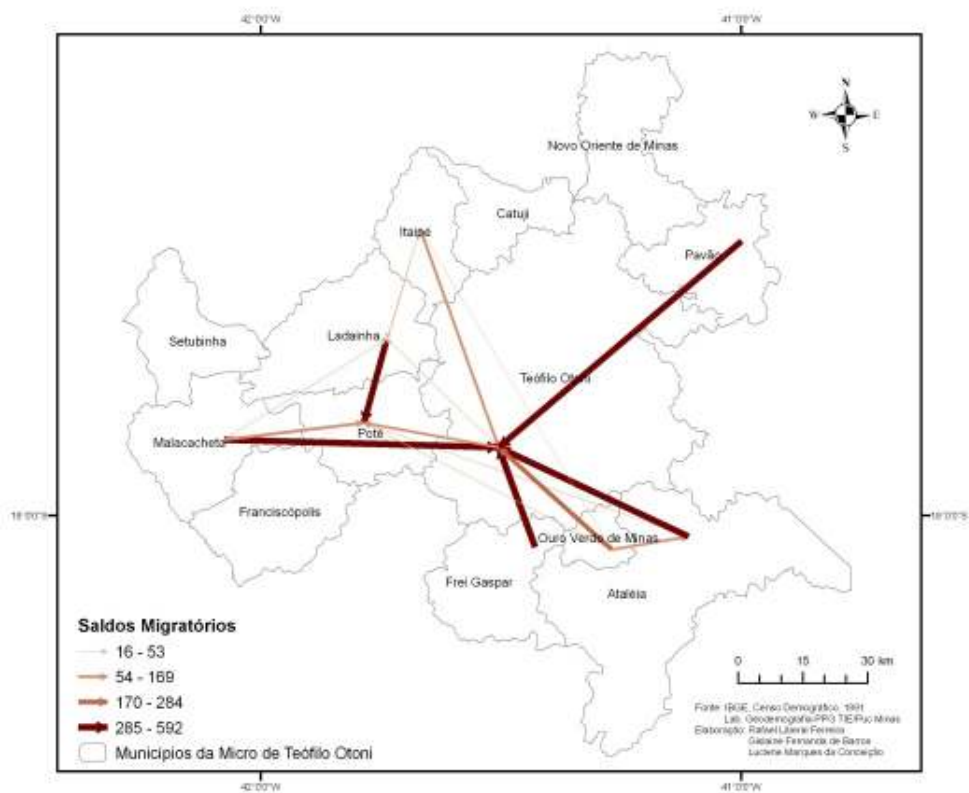


Figura 9 - Saldos migratórios entre os municípios da Microrregião de Teófilo Otoni, 1986/1991

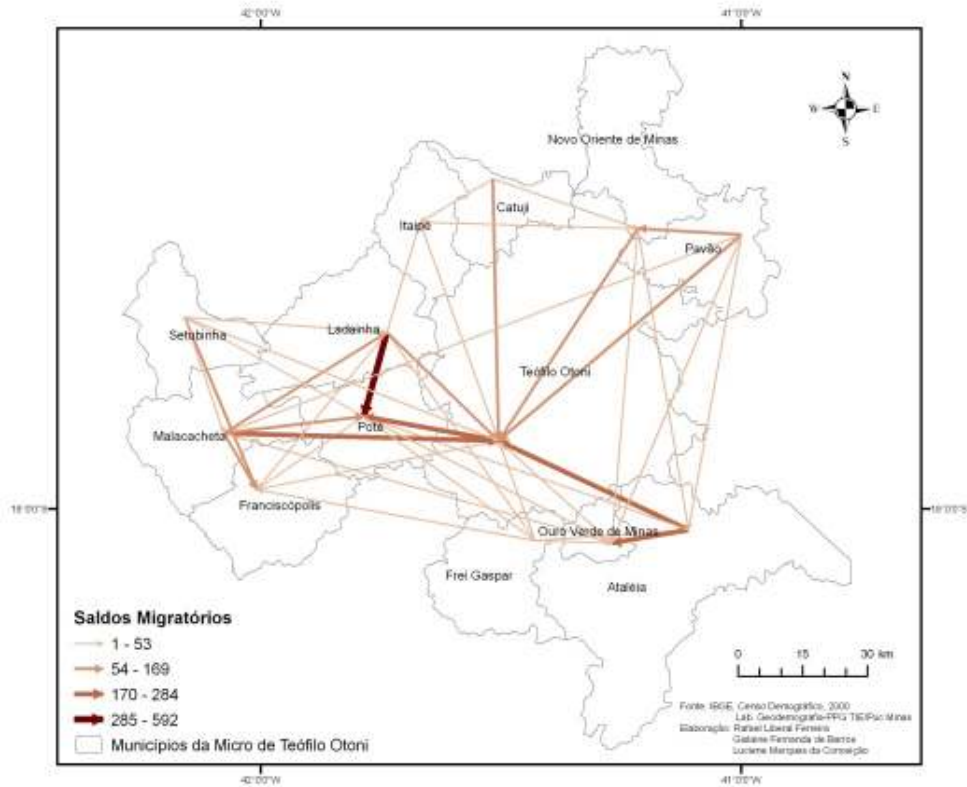


Figura 10 - Saldos migratórios entre os municípios da Microrregião de Teófilo Otoni, 1995/2000.

A Figura 10 denota, para o período 1995-2000, uma rede mais abrangente dos fluxos, ainda voltados para Teófilo Otoni (menos intensamente) e de Ladainha para Poté (mantendo a intensidade, em relação ao fluxo, com o período anterior).

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fenômenos migratórios são fatos sociais totais, isto é, relacionam-se com fatores socioeconômicos, como evidenciou o Índice de Desenvolvimento Municipal (IFDM), culturais, político-institucionais, bem como o balanço entre fatores de atração e repulsão, que explicam os processos migratórios e como estes se realizam sempre na direção do maior bem-estar daquele indivíduo, família ou grupo que decide migrar ou permanecer em um dado local. Assim, a migração seria resultado da decisão individual do

migrante, tornando-se também uma de suas possibilidades, motivada pela intenção de maximização do bem-estar.

Os resultados ora apresentados evidenciam a complexidade do fenômeno ora abordado e suas nuances. Foi possível verificar os fluxos e saldos migratórios envolvendo os municípios que fazem parte da Microrregião de Teófilo Otoni e inferir o que possivelmente teria provocado estes. Nesta ótica, este estudo contribuiria para um maior conhecimento e detalhamento dos diferenciais intra-municipais, possibilitando estudos mais aprofundados, lançando hipóteses, como também buscando os fatores que expliquem saldos migratórios constantemente negativos.

Outra possibilidade a luz deste estudo é o estabelecimento do perfil dos migrantes que dinamizam o contexto demográfico local, através de

variáveis que auxiliem a realização de políticas públicas, no que diz respeito à essa parcela significativa da população mineira, que habita uma região historicamente rica em pormenores socioeconômicos..

Com a divulgação dos dados do Censo Demográfico 2010, bem como dos novos valores para o Índice Firjan, fica evidente a possibilidade de trabalhos futuros, comparativos a este, abarcando a temática migratória, suas nuances, causas e consequências.

REFERÊNCIAS

BNDES. Emprego Formal, Qualidade de Vida e o papel do BNDES. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, p. 5-26, jun. 2007.

BRITO, F.; GARCIA, R. A.; CARVALHO, J. A. M. As migrações de curto prazo nas regiões metropolitanas: migrantes de etapa única, migrantes de retorno e migrantes de passagem – 1986/1991. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, Ouro Preto, 2002. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 2000.

CARVALHO, J. A. M. de. ; RIGOTTI, J. I. R. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. São Paulo, v. 15, n.2, 1998.

CAMPOS, J. ; RIGOTTI, J. I. R.; CERASO, A. F. F. L.. A escolaridade recente no município de Belo Horizonte: uma abordagem intra-municipal. In: XV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2006. *Anais...* Caxambu. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Campinas : ABEP, 2006.

COSTA, C. C. R. C. **A migração de retorno para o Estado da Bahia: uma análise demográfico-espacial 1991-2000**. (Dissertação de Mestrado). Belo Horizonte, PUC MINAS, 2007.

GARCIA, R. A.; CARVALHO, J. A. M. de; LEMOS, M. B.. As transformações das áreas de influência demográfica dos pólos Econômicos Brasileiros entre 1980, 1991 e 2000. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, III, 2003, Campinas. *Anais...* Campinas : ABEP, 2003

GAUDEMAR, J. P.. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editora Stampa, 1977.

IFDM. Notas Metodológicas do IFDM, disponível em <<http://www.firjan.org.br/>>. Acesso em 15 set. 2009

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 2000.

MATOS, R. E. S. Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço. In: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. São Paulo, 1995, p. 35-58.

RIGOTTI, J. I. R.. Geografia dos fluxos populacionais segundo níveis de escolaridade dos migrantes. **Estudos Avançados** (USP. Impresso), v. 20, p. 237-254, 2006.

RIGOTTI, J. I. R. **Técnicas de Mensuração das migrações, a partir de dados censitários: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo**. Tese Doutorado em Demografia)–CEDEPLAR/UFMG. Belo Horizonte. 1999.

RIGOTTI, J. I. R. VASCONCELLOS, I. R. P. As Migrações na Região Metropolitana de Belo Horizonte no Limiar do Século XXI. In: MENDONÇA, J.G., GODIM, M.H.L. **População, Espaço e Gestão na Metrópole: Novas Configurações, Velhas Desigualdades**. 1. ed. Belo Horizonte: Puc-Minas, 2003. cap. 3 , p. 43-72.

SAYAD, A. O retorno: elemento constitutivo da condição do migrante. Travessia, São Paulo, **Revista do Centro de Estudos da Migração**, São Paulo, número especial, 21 p., jan. 2000.

SERRA, R. V. Desconcentração urbana e oportunidades de trabalho: um estudo da integração dos imigrantes no mercado de trabalho das cidades médias. In: CNPD – I e II **Concurso Nacional de Monografias sobre População e Desenvolvimento**, Brasília, 1999.

SISTEMA FIRJAN. **Índice de Desenvolvimento Municipal**. Nota Metodológica; Rio de Janeiro, 2007. Disponível em <<http://www.firjan.org.br>>. Acesso em: set. 2010.

VAINER, C. Deslocados, reassentados, clandestinos, exilados, refugiados, indocumentados... as novas categorias de uma sociologia dos deslocamentos compulsórios e das restrições migratórias. In: CASTRO, Mary Garcia (Coord.) **Migrações Internacionais: contribuições para políticas**. Brasília: CNPD, 2001, p.177- 184